

Ulysses trabalha pelo adiamento da convenção

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), começou ontem a discutir com diversos parlamentares do partido o adiamento da Convenção Nacional marcada para os próximos dias 13 e 14. Durante almoço com um grupo de deputados no Restaurante Pianella, Ulysses sugeriu ante diversas queixas sobre o esvaziamento do encontro, que se faça um trabalho viabilizando o adiamento.

Estiveram presentes ao almoço os deputados Otávio Eliseo (MG), Hélio Costa (MG), Heráclito Fortes (PI), Jorge Uequet (RS), Jutahy Júnior (BA), Aloísio Teixeira (RJ), Ziza Valadares (MG), Virgildásio de Senna (BA), Geraldo Alckimin (SP) e Roberto Brandt (MG). A questão da convenção foi levantada pelos deputados Ziza Valadares, Hélio Costa e Jorge Uequet, que começaram a se queixar. Valadares e Costa argumentaram que em seu estado, Minas Gerais, os convencionais do interior não estavam sensibilizados com o encontro que deveria discutir a posição partidária em relação ao mandato do presidente José Sarney. Explicaram ainda que vários convencionais interioranos telefonaram reclamando da viagem e dizendo que não viriam a

Brasília gastando passagens de avião e hospedagem do próprio bolso. "Os únicos que estão interessados são os donos de hotel" — brincou um deputado do Nordeste, que verificou protestos semelhantes em seu estado.

Por sua vez, o deputado Jorge Uequet (PMDB-RS) indagou ao presidente peemedebista: "Como é que o partido vai realizar uma convenção que não vai lhe trazer lucro algum, apenas prejuízo?". Ulysses não fez nenhum comentário. Em seguida, o dirigente partidário revelou que pela manhã "um importante membro do PMDB me telefonou sugerindo que adiássemos a convenção". Com isso, ele procurou transmitir aos presentes que havia um movimento nesse sentido dentro do partido. De manhã, alguns parlamentares que gozam da confiança do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), ouviram-no defender o adiamento da reunião.

Ao comentar a reunião da bancada de terça-feira, Ulysses disse: "o partido teve muito mais sorte do que juízo". Ele informou aos parlamentares que estava buscando, através de conversas com o presidente José Sarney e o líder do PMDB, senador Mário Covas, desarmar o confronto entre ambos.

Governo estimula movimento

O governo está estimulando o movimento destinado a adiar a Convenção Nacional do PMDB para não correr o risco de uma decisão "emocional" favorável a quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. A cúpula do PMDB também quer evitar a divisão do partido na tomada de uma decisão que não será cumprida por nenhum dos lados que sair derrotado da Convenção. O pretexto já está inclusive arranjado: nos dias 13 e 14 de junho, datas marcadas, deverão estar sendo votados os relatórios das oito comissões temáticas da Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães, devido a convenção ter sido convocada pela Executiva Nacional sob pressão da bancada convocada pela Executiva Nacional sob pressão da bancada do partido na Câmara e de alguns diretórios regionais, quer um fato novo para justificar o adiamento. Alguns coordenadores de bancada, como o deputado Maurílio Ferreira Lima, de Pernambuco, pretendem atender a exigência de Ulysses, propondo o adiamento.

Mas há reações: o presidente do diretório regional do PMDB do Paraná, deputado Maurício

Freut, não aceita e ameaça reunir o apoio de um terço dos presidentes das seções estaduais do partido e convocar legalmente e à revelia da Executiva a Convenção Nacional.

O deputado Prisco Vianna, político da confiança do Planalto, considera excelente para o governo o adiamento da convenção. E justifica: "Quanto mais tempo para o presidente Sarney trabalhar, melhor ficará sua situação no partido". Já o deputado Maurílio Ferreira Lima, também defensor do adiamento, alega razões opostas: "O tempo corre contra o governo, viabilizando, devido a seu acentuado desgaste popular, a aprovação de um mandato de quatro anos". E acrescenta: "Não há porque, portanto, promover desnecessariamente agora um confronto que só vai desgastar o partido". Na próxima semana, o PMDB decidirá se adia ou não a convenção. As bancadas na Câmara e na Constituinte reuniram-se com o objetivo de deliberar sobre o assunto, mas não obtiveram quorum. A do Senado, por uma margem apertada, definiu-se por quatro anos.

Covas é contra nova data

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), disse ontem que é contra o adiamento da Convenção Nacional do partido, prevista para os dias 13 e 14 de junho, para decidir sobre a duração do mandato do presidente Sarney e o sistema de governo. Covas acha que a definição sobre o assunto impede ações isoladas entre os peemedebistas como a iniciativa de propor eleições antes mesmo de novembro de 1988, caso a crise econômica se agrave.

O senador fez estas declarações logo após ter recebido o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos articuladores da desconvocação da reunião. Mário Covas, que defende um mandato de quatro anos para Sarney, ilustrou o seu raciocínio dando o exemplo de um prefeito paulista que o havia convidado para fazer campanha agora a favor da eleição para presidente, logo que fosse promulgada a nova Constituição.

Executiva

A proposta de adiamento da Convenção Nacional terá que passar pela Comissão Executiva do PMDB, órgão responsável pela convocação da reunião a pedido das bancadas do partido na Câmara e no Senado. A tendência hoje na Executiva, porém, é a de manter a decisão tomada no início do mês. Tanto entre os peemedebistas que defendem quatro anos para Sarney como os que são pelos cinco anos, o desejo é de decidir a questão na primeira quinzena do próximo mês.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do grupo "Centro Democrático" (conservador e pró-Sarney), disse ontem que é favorável à realização da Convenção na data marcada e que somente votará pelo seu adiamento caso o presidente assim desejar. Cardoso Alves é vogal na Executiva e, portanto, tem direito a voto dentro da Comissão. O líder do governo na Câmara, Carlos Santana (BA), também é pela reunião da Convenção, apesar de não fazer parte da Executiva. Tanto Santana como Cardoso Alves calculam que a Convenção decidirá por um mandato de cinco anos para Sarney.

Os peemedebistas que não têm vínculos com o Palácio do Planalto admitem que à base do empreguismo e da pressão dos governadores sobre os convencionais a tendência da Convenção é aprovar um mandato de cinco anos com um sistema misto de governo.

A esperança desta ala era ter decidido na reunião da bancada na Constituinte, realizada na última terça-feira, pelos quatro anos. Ela se baseava no pronunciamento feito no dia anterior pelo presidente, que criou um sentimento de revolta dentro do partido, pela forma considerada autoritária como foi feita. Este grupo acha que Sarney poderá jogar com uma profunda divisão do partido dentro da Convenção. Já o ex-ministro Dante de Oliveira é pelo adiamento, uma vez que até a Constituinte se decidir pelo assunto a definição dentro do PMDB terá perdido sua atualidade.

Nélia Rodrigues



Sarney terá em Luiz Henrique um defensor do adiamento

Cabral teme que crise afete a Constituinte

São Paulo — O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado José Bernardo Cabral, manifestou ontem o temor de que a crise política — gerada com a divisão existente dentro do PMDB e com as opiniões divergentes dos constituintes — saia da conjuntura e passe para a estrutura: "Isso poderá afetar os trabalhos da Constituinte". Por outro lado, Bernardo Cabral acredita que acabará prevalecendo — sobretudo com relação ao mandato do presidente José Sarney — a opinião da maioria do Congresso. Segundo ele, a divisão de opiniões dos deputados constituintes e do próprio presidente Sarney não deve ser considerada um "confronto". "Ocorre — explicou o relator — que uma palavra dita de forma enfática é diferente se for dita de forma amável. E o presidente foi enfático ao se pronunciar sobre a duração do seu mandato".

Cabral acentuou que continua com a tese de que o mandato deve ser de 6 anos "como prevê a Constituição", mas por ser adepto do parlamentarismo "regime para o qual a duração do mandato não tem muita importância", aguarda e acatará a decisão tomada pela maioria do PMDB.

Pedro Simon e Pires dão seu apoio

Mais dois governadores expressaram solidariedade ao presidente José Sarney, anteontem, pela fixação do mandato em cinco anos: Waldir Pires, da Bahia; e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

Ambos expressaram, em telegramas divulgados pelo Palácio do Planalto, que a solução apresentada por Sarney é a recomendável "nas circunstâncias atuais".

Pedro Simon classificou a fixação do mandato em cinco anos como uma medida de "bom senso", e disse acreditar que os constituintes saberão entendê-la. Já Waldir Pires afirma que a fixação desse período retoma a tradição da Constituinte de 1946.

O deputado negou estar preocupado com a predominância de parlamentares da esquerda em postos-chaves — presidente e relatores — das subcomissões da Constituinte, explicando que "tudo isso perderá importância quando as questões forem ao plenário. A palavra final será dele, ele é que terá a primazia das decisões".

"O meu projeto de Constituição será sempre em respeito à maioria, mesmo que as decisões desta contrariem minhas posições pessoais", acentuou o deputado, responsável pelo texto final da nova Carta, a ser submetido ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

As divisões no PMDB os que querem 4, 5 e 6 anos de mandato para Sarney não preocupam Cabral. "Para mim — explicou — isso é um sopro democrático no partido. Como estávamos num regime autoritário, essas divisões não afloravam antes. Havia os que ficavam temerosos de que isso favorecesse a ditadura".

"Estamos passando do autoritarismo para democracia", destacou, "e no meio disso há uma palavra que se chama transição — a fase em que nos encontramos".

Sobral acha que decisão é coerente

Rio — O jurista Sobral Pinto disse ontem, no Rio, que apóia inteiramente a decisão do presidente Sarney de só permitir nomeações nos escalões superiores do governo daqueles que o apóiam politicamente. "E tem de ser assim mesmo" — disse Sobral, com sua conhecida veemência. "Ele não pode manter no poder aqueles que são virtualmente seus inimigos. Sua atual posição é perfeitamente coerente".

"Ele fez o mesmo que o Dutra em 1946; abriu mão de um ano. Sou favorável a que continue mandando neste país, o que não me impede de ficar preocupado com os rumos das coisas. Acho a situação muito grave".